

Cortes na Defesa atingem mil jovens militares

O Governo vai reduzir entre 900 a mil jovens nas Forças Armadas, no sentido de diminuir custos com o pessoal, segundo ontem adiantou ao JN o secretário de Estado da Defesa e dos Assuntos do Mar, João Mira Gomes. E admitiu que, com mais este corte, aumentou o desequilíbrio entre voluntários e contratados, na quase totalidade praças, por um lado, e os militares do quadro permanente, por outro, constituídos quase exclusivamente por oficiais e sargentos.

O responsável governamental prestou estas declarações na sequência de uma visita à Associação de Deficientes das Forças Armadas, também ela a braços com cortes financeiros, inclusive .

João Mira Gomes enquadrou o emagrecimento, na presença de voluntários e contratados, no âmbito da redução da despesa que atingiu os três ramos das Forças Armadas para o Orçamento de Estado para 2007. Frisou, no entanto, que a redução "foi feita em total consonância com os chefes militares", acrescentando que foram estabelecidas conversações nesse sentido com os chefes do Exército, Marinha e Força Aérea, assim como com o chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Quanto aos efeitos que esse corte vai ter na capacidade operacional das Forças Armadas - onde há cerca de 21 mil militares voluntários e contratados - Mira Gomes mais uma vez remeteu para as reuniões com as chefias militares nas quais, segundo o governante, ficou claro que as "missões essenciais não vão ficar em causa". O secretário de Estado salientou ainda que a anunciada redução do orçamento de operação e manutenção dos ramos vai ser "compensada" com 10% da verba consignada na Lei de Programação Militar e atribuída para operação e treino.

João Mira Gomes fez questão de sublinhar que para 2007 as verbas atribuídas à LPM foram substancialmente aumentadas e quanto à cativação de 40%, argumentou que essa situação pode sempre alterada se tal for necessário.

De acordo com a garantia do governante, as missões essenciais das Forças Armadas continuarão a ser cumpridas, mas admitiu que a redução de voluntários e contratados, na grande maioria praças, agrava o fosso com o quadro permanente, em particular na relação entre praças, por um lado, e oficiais e sargentos, por outro. "Olhando para as nossas Forças Armadas, constatamos que há certo equilíbrio entre os regimes de voluntariado e contrato e do quadro permanente". "Deveríamos ter menos pessoal no quadro permanente e talvez compensar na área do voluntariado e contrato", afirmou.

Mas essa alteração só pode ser conseguida a médio e longo prazo e está a ser objecto de um estudo a nível do Ministério da Defesa, que abrange também a situação das carreiras e que "deverá estar concluído até final do ano".

A prazo, acredita o secretário de Estado, o equilíbrio poderá vir a ser conseguido.

Carlos Varela

publicado a 2006-10-31 às 00:00

Para mais detalhes consulte:
http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=576740

GRUPO CONTROLINVESTE
 Copyright © - Todos os direitos reservados



Patrocínio